



Universidade Federal do Pará.
Campus Universitário de Ananindeua/ Pará.
Faculdade de Pós- Graduação em História Agrária da Amazônia Contemporânea

Antonio Jefferson Paiva Oliveira

**Assentamento Quintino Lira (2007-2015): Conflito,
Resistência e Luta.**

**Ananindeua/PA
2018**

ANTONIO JEFFERSON PAIVA OLIVEIRA

**Assentamento Quintino Lira (2007-2015): Conflito,
Resistência e Luta.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará como exigência para a obtenção do grau de Pós graduação em História Agrária da Amazônia Contemporânea.

Examinado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Elias Diniz Sacramento - Orientador
(Universidade Federal do Pará – UFPA)

Profº. Drº. Francivaldo Alves Nunes
(Universidade Federal do Pará – UFPA)

Profº. Drº. Aluísio Fernandes
(Universidade Federal do Pará – UFPA)

Ananindeua/PA
2018

Assentamento Quintino Lira (2007-2015): Conflito, Resistência e Luta.

Antonio Jefferson Paiva Oliveira*

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar de forma teórica e metodológica as ações conjunturais do Assentamento Quintino Lira no município de Santa Luzia do Pará, nordeste paraense desde o ano de 2007, onde aproximadamente 90 famílias ocupam uma fazenda chamada “Cambará” com extensão de aproximadamente trezentos mil hectares, e, que tinham como supostamente donos o então deputado federal Josué Bengtson e seus filhos Paulo Bengtson e Marcos Bengtson. As análises seguintes tem por objetivo descrever o processo histórico passado/presente da fazenda Cambará, e investigar de forma documental as ações litigiosas que ocorrem dentro Assentamento Quintino Lira. Será perceptível na pesquisa proposta as ações dos movimentos sociais e como, por exemplo, o MST e a participação crucial como força para que os colonos pudessem se firmar no assentamento. Também será apresentado um debate teórico dos conflitos pela posse da terra na Amazônia e mais especificamente no Estado do Pará, e ainda um dos personagens emblemático, que leva o nome do assentamento, Armando Alves Lira ou Quintino Lira.

Palavras – chaves: Amazônia, MST, Conflito de Terras, Quintino.

Introdução

A perspectiva de análise sobre a historiografia agrária na Amazônia perpassa por diferentes períodos históricos, onde são apresentados de maneiras multifacetadas de acordo com a visão de cada autor que a descreve de forma crítica ou não. A ocupação da Amazônia como território se dá décadas antes dos projetos desenvolvidos pelo militares, os nordestinos foram “induzidos” a irem para Amazônia em busca de melhorias de vida já no período da borracha (Benedita Esteves, 2008). Nesse sentido é importante pensar que, quando foram implementados os projetos de desenvolvimento na Amazônia incentivando o processo migratório dos Nordestinos como mão-de-obra; de acordo com o processo histórico do ciclo da borracha amazônica, muitos nordestinos já residiam nessas áreas, e com o fim do ciclo da borracha muitos deles foram se fixando

* e-mail: jefferson_vermelho@hotmail.com

nas regiões construindo pequenos povoados junto com os nativos que residiam nesses territórios.

A Amazônia nem sempre foi um território de conflitos, violências e mortes, os nativos da região viviam com a natureza, caçavam, pescavam e plantavam isso sem degradar a natureza. O autor Airton dos Reis em seu trabalho intitulado “Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará” apresenta que esses trabalhadores locais não se preocupavam com a posse das terras amazônicas para produzirem em largas escalas ou crescer se apropriar das terras para construir pastos e garimpos. As principais características desses moradores era de produzirem para seu próprio sustento, ou seja, uma agricultura com base na economia familiar.

É notável ressaltar que as famílias de posseiros que habitavam as áreas próximas dos rios, desde final dos anos de 1940, combinavam, em diferentes formas, a sua roça e a criação (porco, galinha, gado, animais silvestres etc.) com a pesca, a caça e o extrativismo vegetal (castanha-do-pará, açaí, bacaba, cupuaçu, palmito, etc). Caçavam além do veado, capivara e paca, gatos jaguatirica, onças, caititus. Com base em uma tecnologia simples, o trabalhador fazia a sua roça. Roçava e derrubava a floresta ou a capoeira, queimava e plantava a semente. Sempre trocava de lugar enquanto o antigo roçado ficava em pousio para novamente poder plantar. (PEREIRA, 2015, 67-68).

O mesmo ainda ressalta que não havia brigas pelo espaço, ou seja, demarcação de terras por cercas ou arames. Observa-se que:

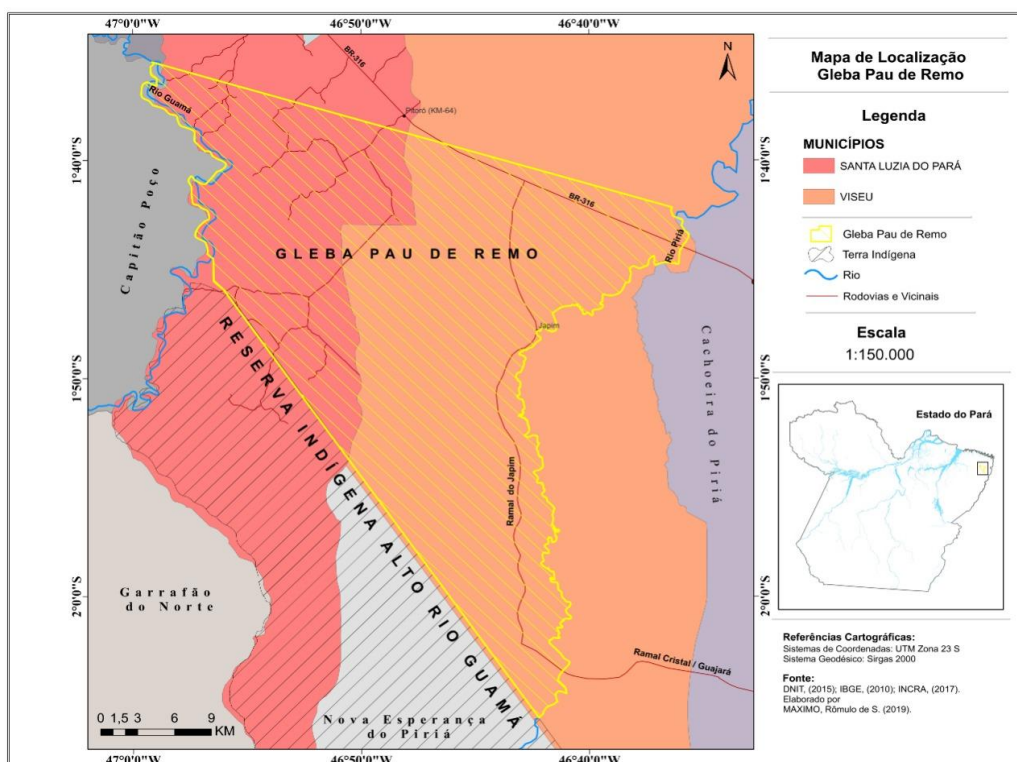
Não se cercava a terra, mas a roça. A cerca era feita de madeira para impedir que alguns animais (cavalo, jumento, vacas) entrassem. Praticamente não existiam “donos de terra”. Aqui e acolá, às vezes, apareciam uns mais abastados que constituíam “latifúndios”. A divisa não era a cerca, mas rios, serras e igarapés. “Até no rio tal é de fulano. Até no igarapé tal é sicrano. Até na serra tal é de beltrano”. Mas não existiam “donos de terra”. (p. 68)

Nesse sentido podemos perceber que houve um momento na história amazônica em que os colonos viviam de forma harmônica não apenas com a natureza, mas também com seus próprios vizinhos das regiões próximas. Segundo dados estatísticos, somente 1,8 % das terras da Amazônia estavam ocupadas com lavouras e somente uma parte dessas ocupações possuía títulos de propriedade privada. (Loureiro & Pinto, 2005, 02).

O sossego desses colonos acaba a partir do momento em que os militares elaboram um projeto para colonizar a Amazônia a partir do golpe de 1964. E um dos motivos do golpe foi um Decreto de Reforma Agrária que o presidente João Goulart elaborou em 13 de Março de 1964, e nesse mesmo momento histórico estavam ocorrendo diversas mobilizações de grupos camponeses no nordeste do Brasil, e umas

das pautas da mobilização era a redistribuição de terras, ou seja, uma reforma agrária ampla. Esse foi um dos motivos para que os militares se organizassem e tomariam o poder do País depondo João Goulart. (Schmink & Wood, 2012, 105).

Figura 1: Mapa de localização da Gleba Pau de Remo.



Fonte: IBGE, (2010); DNIT, (2015); INCRA, (2017). Elaborado por: MÁXIMO, Rômulo de S, (2019).

O artigo proposto apresenta uma pesquisa sobre o Assentamento Quintino Lira situado na Gleba Pau de Remo, localizado na região nordeste do Estado do Pará, no município de Santa Luzia do Pará¹. A escolha do objeto de estudo tem por objetivo,

¹ A ocupação dessa região se deu com o início da construção da Rodovia Federal BR-316 em 1959 com o objetivo de integrar regiões Norte e Nordeste do Brasil. A então BR-316 ficou conhecida como Pará-Maranhão. Daí o nordestino Manoel Gaia (primeiro morador) em busca de melhores perspectivas de vida, veio para o lugar onde hoje é o município de Santa Luzia do Pará no intuito de estabelecer relações de produção com a natureza aja vista ser uma terra propícia ao cultivo de agriculturas. Após a chegada do Sr. Manoel Gaia em 1956, verifica-se a migração de pessoas vindo do nordeste paraense e da região Nordeste que também estava a procura de estabelecer e implantar relações de produção através do cultivo da terra, em busca de emprego na construção da BR-316 (mão de obra desqualificada) e moradia.

Com a abertura efetiva da BR-316 o povoado expandiu-se tanto para a margem esquerda, quanto para a margem direita da rodovia sendo que essa ocupação de início foi sob a forma de acampamentos em terras avulsas ou devolutas e, posteriormente os primeiros moradores passaram a vender seus lotes de terras (especulação imobiliária, fruto do capitalismo que visa o lucro) e foram cada vez mais avançando as margens da rodovia com pouca ou sem nenhuma infra-estrutura (energia elétrica, água, saneamento básico e coleta de lixo).

Em 28 de Abril de 1991 na gestão do prefeito de Ourém-Pa Raul Mota Costa, foi realizado um plebiscito para viabilizar a emancipação de Santa Luzia do Pará, de acordo com a Lei 5.688 de Dezembro de 1991 sancionado pelo então governador Jader Barbalho. Santa Luzia do Pará passa a ser município, desmembrando-se de Ourém, Bragança e Viseu. (OLIVEIRA, 2016- p.29)

apresentar de forma teórica e metodológica a sociedade luziense, que as ações desses posseiros são de inteira importância para a formação da sociedade de maneira a contribuir de forma objetiva para a sua inserção no meio social como agentes de direito a terra. No entanto, será apresentada a quebra de estereótipos que os moradores de Santa Luzia do Pará adquiriram de forma preconceituosa dos posseiros, e também do MST.

A construção da narrativa permeia por diversas fontes, serão analisados documentos² judiciais do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Boletins Ocorrência, recortes de jornais locais e entrevistas³ com os colonos do assentamento.

A ocupação da terra na Amazônia e a tomada dos militares no poder do Brasil.

A Historiografia Agrária apresenta diversos trabalhos acadêmicos que vão desde monografias, dissertações e artigos, que ganharam grandes destaques após o golpe militar ocorrido em 1964 quando os militares depuseram João Goulart. O presidente sofria grandes pressões dos movimentos sociais do campo e da cidade que lutavam pelo acesso a terra, como as Ligas Camponesas, trabalhadores exigindo reajustes salariais e a reforma agrária, ou seja, nos primeiros meses da década de 1960, o então presidente João Goulart teve que ceder às diversas pressões dos diversos setores da sociedade. Diferentemente de outros Países da América latina, o golpe civil-militar foi sem derramamento de sangue, onde setores conservadores da sociedade se organizaram e saudaram nas ruas a vitória imprevista.

“Uma grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, comemorou o sucesso do golpe e festejou a derrota de Jango e das forças favoráveis as reformas e ao projeto nacional-estadista popular. Sem ainda saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressara numa longa ditadura” (REIS, 2014, 45-46)

A partir dos os anos 1960 e 1970 após o golpe, foram elaborados projetos para o desenvolvimento de regiões atrasadas economicamente como, por exemplo, a região amazônica, dentro dessa perspectiva eram atribuídos determinados problemas, por

² Nesse sentido, nos mostra Bacellar (2010) no artigo intitulado “Uso e mau uso dos arquivos”, os mais diversos tipos de arquivos que podem ser utilizados pelo historiador pesquisador, “Arquivos do Poder Executivo; Arquivo do Poder Legislativo; Arquivo do Poder Judiciário; Arquivos Cartoriais; Arquivos Eclesiásticos; Arquivos Privados” (p.26)

Para Bacellar (2010), cada arquivo possui características peculiares, diferentes uma das outras. O pesquisador precisa ter ciência daquilo que procura, do que é necessário pra dar conta de um trabalho.

³ Outro aspecto importante na utilização como metodologia, tem-se o uso de fontes orais. As fontes orais têm sua importância para o campo da pesquisa contemporânea, uma vez que permite ouvir sujeitos que vivenciaram uma parte da história a ser construída, remontada. A estratégia de ouvir atores ou testemunhas de determinados acontecimentos ou conjunturas para melhor compreendê-los não é novidade. Heródoto, Tucídides e Políbio, historiadores da antiguidade, já utilizaram esse procedimento para escrever sobre acontecimentos de sua época (ALBERTI, 2010, p.156).

exemplo, à insuficiência de capitais produtivos e de infra-estruturas capazes de agilizarem os processos em andamentos dos novos investimentos. Nessa época, existiram essas e outras teorias para que pudessem atrair capitais produtivos, não apenas do Brasil mais também do exterior, isso só seria possível se o governo oferecesse vantagens econômicas para atraírem esses capitais para a região; nesse sentido é perceptível que o novo modelo para “desenvolver” a Amazônia precisaria estar em determinadas condições precisas para que houvesse esse atrativo dos capitais nacionais e exteriores para integrar a região ao mercado nacional e internacional. (Loureiro & Pinto, 2005, 02).

No Estado do Pará na década de 1960, já havia projetos de reforma agrária que pudesse beneficiar as famílias do campo, a autora Edilza Fontes (2015) em seu artigo intitulado “A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962)”, cita um personagem que apresenta projetos sobre a reforma agrária na Amazônia paraense, o autor desse projeto é o então deputado estadual do PTB, Benedicto Monteiro. Os seus projetos são apresentados na Assembleia Legislativa na década de 1962, dois anos antes do golpe, embora fosse um comunista e seu partido ainda estava na ilegalidade. Neste projeto, Benedicto tinha o objetivo de ordenar a questão da propriedade da terra, com isso o projeto daria oportunidades as famílias paraenses adquirirem seu lote de terra, porém seria uma contraposição aos ideais latifundiários que, com a construção da rodovia BR 316 e com diversas rodovias sendo abertas no território paraense, diversas pessoas estavam migrando de outras partes do Brasil através de propagandas que estavam circulando em jornais, como por exemplo, a Folha de São Paulo que publicava anúncios sobre vendas nas terras do Pará. (FONTES, 2015, 374).

A partir dessa análise, percebe-se que é um fato muito importante, por que mostra que no Pará existiram personagens políticos que estavam opostos aos projetos que beneficiavam os latifundiários, Benedicto Monteiro demonstra uma grande preocupação com a questão fundiária e pensava num modelo de reforma agrária mesmo naquele período antes dos militares terem ascendido ao poder e criar os projetos que viriam a calhar com grandes conflitos na Amazônia.

A paz camponesa foi quebrada por ações do Estado sobre o desenvolvimento do país nas terras da Amazônia, José de Souza (1986) analisa no seu trabalho “A reforma

agrária e os limites da democracia na “Nova República.” o período Vargas e a ditadura militar com olhar sobre o desenvolvimento da Amazônia que esses governos ditatoriais tinham “tentativas de definir os rumos da Amazônia, neste século, têm ocorrido nos regimes autoritários: a ditadura de Vargas, no chamado Estado novo (1937 -1945) e, mais recentemente, a ditadura militar” (MARTINS, 1986, p.81).

Estudos historiográficos concluem como a pesquisa de Pere Petit intitulado “O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985” que após o abandono do projeto de colonização da Transamazônica o Governo Federal optou por dar prioridade na Amazônia Legal à concentração fundiária, dando incentivos fiscais que dava poder para que grandes proprietários de terras ou grandes empresas de agroindústrias, sem ter necessidade de fazer praticamente nenhum investimento de capital na Amazônia. (PETIT, 2016, p.34).

Segundo os estudos de Fioreli Picoli “*A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia*”. Na ocupação da Amazônia, os maiores articuladores dessas áreas foram os grileiros, os latifundiários e os empresários, tanto os projetos nacionais como multinacionais. Na aposta de investimento dos setores capitalistas, essas forças econômicas massacraram os caboclos, os indígenas, os posseiros e os sitiantes. A estratégia estava fundamentada nos poderes econômicos, políticos e militares. O Estado dava total condição que favorecesse o desenvolvimento do capitalismo em expansão na Amazônia (PICOLI, 2005, p.60).

Diante de tais circunstâncias, apesar de toda a violência repressiva desses grandes articuladores do capitalismo para com os moradores das terras amazônicas, o colono não se acomodou, houve nesses momentos de repressão pequenos e grandes movimentos de resistências desses camponeses. A autora Márcia Motta em um de seus trabalhos sobre a análise que analisa os conflitos de terras no século XIX, apresenta justamente essa visão que os estudos historiográficos sobre a questão agrária brasileira, “tendeu analisar a inserção do homem livre partindo da visão bipolar da sociedade escravista”, com essa análise Márcia Motta (1998, p.04) apresenta duas idéias que a historiografia tem investigado ao longo do tempo. De um lado o homem livre e do outro o homem escravo, ambos estão em submissão dos grandes fazendeiros, “no trajeto entre os dois pólos, os homens livres e pobres se espremiavam, cabendo-lhes apenas a submissão aos fazendeiros” (1998). E é nessa visão bipolar que a Motta faz a crítica reflexiva que não há um reconhecimento sobre o universo escravista e dos homens

pobres livres com a relação à resistência para assegurar o seu acesso a terra ou quais eram as relações que havia entre os grandes fazendeiros, no jogo da luta pela posse da terra (MOTTA, 1998). É claro que não se trata de negar a desproporcionalidade de forças entre uns e outros, mas de mostrar que os pequenos atuavam e não estavam tão submissos de uma maneira a não ter forças para lutarem pela terra e o fato da propriedade ter se tornada capitalista não quer dizer que o homem rural não tinha mais forças para combater de frente com os latifundiários.

Entretanto, são memoráveis as ações de resistências dos camponeses que seguem determinados razões para que continuem na luta pela terra. Nos finais dos anos 1970 indo até o processo de redemocratização do Brasil movimentos camponeses começaram a ganhar proporções ainda maiores, ocupações de fazendas em quase todas as regiões do Brasil. Surge nesse momento o movimento dos trabalhadores rurais do sem terra (MST), que a partir de 1984 o movimento começa um processo mais sólido e firme nas resistências camponesas e na luta pela Reforma Agrária, contudo é importante demonstrar neste trabalho científico as ações do MST e o seu processo de formação e consolidação como movimento pelo espaço agrário.

As análises seguintes que remonta a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra até o seu aparecimento no Estado do Pará. Neste tópico é abordado às lutas camponesas que acontecem no Pará na década de 1990 e na década de 2000 que culminam com a união de forças políticas e ideológicas junto aos camponeses do Assentamento Quintino Lira no município de Santa Luzia do Pará.

O surgimento do MST no Pará

O MST se adentra no Estado do Pará, para contribuir com os posseiros paraenses a adquirirem o seu espaço à terra, terra essa que foi entregue aos grandes empresários e empresas, como foi mencionado no capítulo anterior sobre a questão agrária da Amazônia. Para entender o processo de inserção do MST nesse Estado, é preciso entender primeiro, a sua gênese.

Os autores Bernardo Mançano e João Pedro Stedille e o MST sintetizam todas as demandas históricas dos trabalhadores rurais no Brasil nas visões de militantes do movimento, por exemplo, o Stedille é coordenador nacional do MST e Bernardo é adepto ao movimento que para a bibliografia de Bernardo passa a ter uma escrita tendenciosa ao movimento sem que haja uma visão problematizada no momento da

escrita, tendência essa que a história do MST será narrada pelo o autor de forma romantizada. Ambos tendem a construir uma memória sobre as lutas camponesas no Brasil e convertem essa memória em história desconstruindo as experiências das lutas anteriores em um período que o MST ainda não lutava de maneira autônoma.

O movimento dos sem terra surgiu num período em que a conjuntura política do Brasil estava num processo de transição da ditadura militar para a democracia, é a partir desse ponto que será analisado o movimento nos finais da década de 1980, 90 e 2000. O autor Bernardo Mançano analisa o início do movimento antes da consolidação definitiva. “a gênese aconteceu no interior dessas lutas de resistências dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado” (FERNANDES, 2000, p.51).

O princípio do surgimento do MST se deu pela formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra da Regional Sul. No ano de 1983, houve um encontro na cidade de Chapecó – SC, de acordo com o momento conjuntural da política dos Estados do Sul os organizadores fizeram uma análise de organização para articular os movimentos nos Estados, a partir desse momento decidiram criar uma Comissão Regional Provisória que reuniu os movimentos dos cinco Estados do Sul, e nesse dado momento foi criado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul. (FERNANDES, 2000).

Esse movimento representava o desenvolvimento do processo que levaria ao nascimento do MST. Os agricultores organizados estavam conscientes de que, isolados, não teriam força política para fazer avançar a luta pela terra, pela reforma agrária e pela democracia.

A formação do Movimento da Regional Sul foi a principal ação que abriu caminho para ampliar as experiências de luta pela terra. (FERNANDES, 2000, p.78-79).

Nesse ínterim, os cinco Estados do Sul tinham experiências dos Sem-Terra em organizações de movimentos isolados. Exemplos desses movimentos estão no Estado do Pará; nesse momento acontecia a luta dos Sindicados dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA) que estavam sob intervenção. Os trabalhadores estavam em uma luta de resistência com processos de grilagem, em organização com os posseiros nas suas respectivas comunidades. E em outros Estados estava havendo resistência e a necessidade de uma organização que pudesse abranger “grupos de base, as comissões municipais, comissões regionais, mobilizações e etc. E a partir daí foi traçado as suas estratégias e formas de luta para impressionar o INCRA e os governos Estaduais. (FERNANDES, 2000). Para Fernandes:

O golpe militar de 1964 foi o resultado da possibilidade dos trabalhadores entrarem no cenário político e, por seus direitos, participarem do poder. A nova República do Estado foi resultado de uma estratégia das elites para tentar impedir os trabalhadores de participarem da construção das diretrizes políticas. Nesse tempo, depois de vinte anos de ditadura, as lutas organizadas dos camponeses e dos operários da cidade retomavam suas potencialidades. Antes essa realidade, no seu primeiro congresso, os Trabalhadores Rurais Sem-Terra estabeleceram a direção política da organização dos trabalhadores, da luta e do desenvolvimento do MST, com o propósito de conquistar espaços políticos, como única condição de transformar suas realidades. Com o objetivo de expandir a luta e fortalecer seus fundamentos, durante o evento. (p.93).

Em 1984, surge um movimento camponês nacional, movimento esse que luta não só pela terra, mas também pela democracia e igualdade social, nessa década é realizado o primeiro congresso nacional na cidade de Cascavel - PR, e daí surgem o MST traçando nas suas linhas de luta pela terra os seus três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e por mudanças sociais no país.⁴ Para João Pedro e Bernardo Mançano essas características era a essência do movimento, que apesar de nascer de um movimento camponês o MST era diferente de outros movimentos históricos que apenas lutavam por terra. Diferentemente no sentido de englobar as diferentes lutas sociais:

O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado. Qualquer movimento camponês que restringir sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado a terminar. (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.36).

Em 1985 acontece o segundo Encontro Nacional do MST em que a proposta era de elaborar um projeto de reforma agrária dos trabalhadores “já que o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) fora completamente adulterada em sua última versão e os sem-terra não acreditavam que o mesmo seria realizado” (FERNANDES, 2000, p.186), o período de 85 a 90 do século XX é visto como página principal para o crescimento do MST:

Nesse período – 1985 a 1990 – o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito a terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra especializaram a luta, construindo o movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando suas realidades. (FERNANDES, 2000, p. 170-171).

⁴ Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 03/10/ 2018

Outro aspecto importante no processo de formação do MST é a participação da família, partindo do pressuposto que a luta pela terra é uma ação em que todos predominantemente são orientados a participarem desde os trabalhos de base a organização do núcleo gerador é a família que o compõe. (FERNANDES, 2000). O símbolo que representa o MST (bandeira) foi discutido no terceiro Encontro Nacional em 1987, ao longo da sua gestação o movimento foi modificando sua palavra de ordem, cada frase tinha sua força dependendo do contexto e da conjuntura nos diferentes períodos do século XX:

Assim, de 1979 a 1983, a palavra de ordem da luta era: *terra para quem nela trabalha*. Em 1984, no I Encontro Nacional foi *terra não se ganha, terra se conquista*. De 1985 a 1989, foram *sem reforma agrária não há democracia*, e, *Ocupar é a única solução*. Em 1989, criaram a palavra de ordem: *ocupar, Resistir, Produzir*. (FERNANDES, 2000, p. 188)

A bandeira já estava sendo discutida desde 1986, a escolha dos símbolos foram escolhidos de forma que tal simbologia deveria ser bastante significativa e impactante, as cores os símbolos cada um tem seu significado, o vermelho representa o sangue derramado dos companheiros que morreram na jornada pela luta da terra e passou o compromisso de levar às gerações futuras, o casal de camponeses dentro do mapa representa a união dos membros do movimento, a participação da família como um todo, homens, mulheres e jovens é o mesmo. Pela libertação do povo. O facão é o instrumento de trabalho, ele ultrapassa o mapa do Brasil, pois o movimento ultrapassa fronteiras (FERNANDES, 2000). A cor verde representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistaram, a cor branca representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social, a cor preta é o luto e a homenagem a todos os trabalhadores que tombaram lutando pela nova sociedade⁵.

Em 1989, acontecem as eleições diretas que elege o Fernando Collor, o novo presidente da república cria um sistema político que oprime e reprime as ações da classe trabalhadora e com isso o governo tenta calar o MST, já na década de 1990 lembrada como a pior década para o MST foi dois anos e meio de repressão. Stedille explica o momento de repressão:

O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é uma agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da polícia Federal é o sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa.

⁵www.mst.org.br. Acesso: 06 de dezembro de 2015.

Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal. (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.69)

Foi nesse momento que o movimento parou pra organizar a casa e se atentaram a olhar para dentro se preocupando mais com sua organização, passando a participar de reuniões conjuntas e ocupando terras.

A oposição conservadora que o MST encontra é severa e ataca-os com todos os argumentos possíveis: são comparados a bandidos, assassinos, vagabundos e etc. Ataques esses que evoluíram para massacres apoiados pelo governo em defesa do agronegócio e da burguesia, por exemplo, o massacre de corumbiara no Estado de Rondônia no ano de 1995 que resultou em onze mortes, no estado do Pará o massacre de Eldorado dos Carajás, e o mais recente foram no Estado de Minas Gerais em 2004 o massacre de Felisburgo que resultou em vinte mortes e a destruição sumária do acampamento.

No estado do Pará, o MST inicia as suas ações no ano de 1989, com militantes do maranhão, Pernambuco, Ceará e Goiás. Alguns sindicatos colaboraram com processo de implantação no movimento com a colaboração da CPT. As suas primeiras ocupações foram na região sudeste do Pará no município de Conceição do Araguaia no ano de 1990 na fazenda Ingá onde foram assentadas cerca de cem famílias, nessa fazenda estava ocorrendo pressões de jagunços sobre os posseiros que estavam resistindo na terra. E daí se inicia o trabalho do MST no Estado do Pará.

Em 1996 ocorre o massacre de Eldorado dos Carajás, os trabalhadores rurais foram cercados dentro do assentamento na fazenda macaxeira, os policiais foram atirando e jogando gás lacrimogêneo um ato de selvageria onde que os trabalhadores rurais não tiveram nenhuma chance de defesa que resultou num massacre contra os camponeses que estavam no processo da luta pela terra. Segundo o sociólogo Wilson José (1998), a ocupação da fazenda macaxeira foi à maior de toda a história do estado do Pará lidera pelo MST. Aproximadamente 3.000 famílias.

Para Wilson Barp:

A especificidade, neste caso, foi que os sem-terra recebiam apoio material e político de 32 prefeitos da região (sul do Pará), os quais muitas vezes conflitavam com os interesses políticos estaduais. Ou seja, a questão da terra colocava-se como pano de fundo, mas a interferência da política partidária

acabou estimulando a chacina, conhecida também, como o maior massacre da luta pela terra na Nova República, com 19 mortos. (BARP, 1998, p.17)

Diante de tais tentativas de articulações tanto do governo quanto dos latifundiários de criarem estratégias políticas e ataque direto como manobra intimidadora de coagir o MST, os sem-terra continuaram os processos de ocupações das terras mostrando que o movimento não é um mero contingente de pessoas que procuram apenas terras para o cultivo familiar, mas também o movimento de pessoas que sabem lutar pelos seus direitos, com isso nem o Estado e nem a sua guarda de militares irão intimidá-los. Essa é uma das bases ideológicas que o MST implantou no Estado do Pará conseguindo assim o seu lugar na terra.

Assentamento⁶ Quintino Lira.

Meados de 2007 colonos sem terras ocupam uma fazenda denominada de Cambará, ocupam essas terras de maneira espontânea através da notícia de um ex funcionário dessa fazenda, que o mesmo afirmava que o suposto dono das terras não possuía títulos de posse. E a partir desse momento serão travados ao longos de anos uma disputa pela posse das terras. Os colonos afirmam que essas terras não tem títulos de propriedade privada, o fazendeiro afirma que possui títulos definitivos, nesse sentido os conflitos entre os colonos e fazendeiro irão crescer de forma indescritivelmente violenta.

Porque os colonos batizam o assentamento de Quintino Lira? Qual a ligação desse personagem com os colonos? Quem foi Quintino Lira? Essas terras (fazenda Cambará) possuem um histórico de conflitos no passado? Através dessas indagações que será construído a relação passado/presente para responder os porquês desse conflito que até hoje permeia nas vidas dos colonos do Assentamento Quintino Lira. Alexandre Cunha (2000) e Violeta Loureiro (2001) são autores referência para conhecer o sujeito histórico Quintino Lira. Também serão analisados recortes de jornais de época onde o mesmo era visto ora como bandido, ora como herói ou um homem que possuía super poderes.

⁶ “Os assentamentos rurais começam a aparecer no Brasil, com maior intensidade, na década de 1990. Sua construção é acompanhada de estranhamento, de negação, o que resulta em medo por parte da população local. Este receio está associado aos históricos conflitos que se estabeleceram no país pela posse da terra, especialmente no Pará, palco de diversos massacres ao longo de sua história. Mas, no caso da Amazônia, ocorre no contexto dos intensos processos migratórios que se estabeleceram pelos programas de colonização.” (BRINGEL, 2006, p. 21).

O assentamento Quintino Lira esta localizado na vila do Pau de Remo que se encontra no município de Santa Luzia do Pará a aproximadamente 40 km da sede do município, a sua via de acesso fica nas margens da BR – 316 no km 64, segundo Alexandre Cunha:

No inicio o acesso à Pau de Remo fazia-se por uma estrada que ia da margem do Guamá até aquela localidade. Mas tarde foi construída a ligação com o quilômetro 64 da BR-316, o que possibilitou o escoamento da produção e a penetração populacional na área, facilitada por uma linha regular de ônibus de Bragança a Periquita, próximo a Pau de Remo. Essa estrada foi implantada por iniciativa, junto ao Governador, de um nordestino que já tinha muita riqueza e terras em Capitão Poço, deixou tudo, acreditando no futuro dessa região, que vai ser ocupada por uma frente que se estendeu em prolongamento a ocupação de Capitão poço. (2000, p. 124)

Quintino Lira da Silva era é um homem comum como todos os outros colonos, morava na região de Viseu - PA e era conhecido pelo povo como amansador de bois e burros brabos. Ainda jovem ele sai de casa para se casar e vai para o município de Primavera - PA onde é perseguido por uma questão de posse de terra. Nas análises da autora Violeta Loureiro em seu livro Estado, Bandidos e Heróis: utopia e luta na Amazônia, Violeta afirma que Quintino migrou para um povoado chamado de Broca “próximo do km 47 da Pará – Maranhão (município de Ourém), onde começa a cultivar um lote de terra” (LOUREIRO, 2001, p.234), porém, ele passa pouco tempo nesse povoado, depois disso ele avança para outro povoado, chamado de Pau de Remo.

Quintino se junta a um grupo de posseiros de sem-terra que invadiram uma fazenda chamada de Fazenda Libório que o mesmo havia se apossado da terra de forma ilegal, ou seja, Libório grilou os documentos. Paraná era um proprietário de fazendas e possuía um posto de combustível em Castanhal-Pa, Libório vendeu as terras para o Paraná que mudou o nome da fazenda que passou a chamar-se de Cambará, os moradores da vila pau de remo ao saberem do trâmite falaram que Paraná tinha comprado um problema com os colonos. Após o assassinato de um dos colonos chamado “Bragança” Quintino Lira ainda não muito conhecido organiza um grupo de colonos para vingar a morte do companheiro, antes de tudo isso a juíza da comarca de Ourém da o parecer favorável para os colonos e ordenou que Paraná indenizasse, mas Quintino não aceitou a oferta, pois a quantia não equivale os danos, nesse momento Quintino envia cartas para Paraná estipulando o valor que é justo, segundo Loureiro (2001, p. 240):

Envia também uma carta ao fazendeiro Paraná exigindo 200 mil cruzeiros de indenização, valor que considera como mínimo aceitável e mediante o qual

promete abandonar o lote (na época equivalente a US\$ 1.000,00). Alguns colonos, assustados e cansados de pedirem justiça, recebem a quantia arbitrada em juízo e abandonam os lotes. Outros ficam, entre eles Quintino.

Paraná ignora Quintino e diz que não é homem o bastante para matar alguém. Quintino consegue formar o grupo de gatilheiros que mais tarde vão atuar em outras áreas protegendo os colonos. Paraná é morto por Quintino Lira que a partir desse momento Quintino e seu bando vão ser conhecidos por todos os colonos e temidos por fazendeiros que tentam tomar terras de trabalhadores. Alexandre Cunha descreve a ação do bando para matar Paraná:

No dia 28 de Outubro passado, o pecuarista Cláudio José de Lima juntamente com sua esposa Clerisse, e o filho Cláudio Jr, se dirigiam em uma camioneta C-10, dirigida por Cláudio, e quando se aproximavam do Km – 47 foram tocados por Armando, que na ocasião se fazia acompanhar de outros companheiros, os quais abriram fogo contra a família Lima, matando o fazendeiro Cláudio José de Lima e ferindo sua esposa e o filho, e mataram ainda a cadela “Tuca”. (LIBERAL, O. 03-01-1983).

Quintino passa a ser reconhecido como protetor dos colonos que passa a morar em vários lugares vivendo da ajuda de comerciantes e pequenos fazendeiros. Isso torna-se uma característica posterior dele, por onde passa pede ajuda sem cerimônia, alimentos, roupas e até armas e munições Quintino se autodenomina como um “matador de cabra safado”.(LOUREIRO, 2001) descreve o que irá ocorrer com Quintino após os atos passados da fazenda Cambará:

Após os fatos passados na fazenda Cambará, Quintino inicia sua vida de justiceiro. Sua ação se dirige para dois alvos que integram um mesmo conjunto: a) pistoleiros pagos por fazendeiros para matar ou amedrontar colonos e; b) fazendeiros-grileiros envolvidos na expulsão destes. A partir de então, Quintino adota o nome de Armando Oliveira da Silva, com vistas a proteger a família, de quem se separara pela mesma razão. A mudança de nome corresponde a uma mudança de vida, à adoção da missão de reparador de erros e também a um novo destino.

Muitos tentam compará-lo com Lampião, mas Quintino diz que é melhor que o cangaceiro do Nordeste afirmando que Lampião fazia violência com as pessoas do seu próprio povo, assaltava vilas e metia medo nos moradores. Enquanto Quintino protegia o trabalhador honesto, o colono que precisava das terras para plantar e sustentar a família. “É importante considerar que Quintino, como todo o bandido social, nunca agiu contra sua classe e nem foi denunciado por qualquer colono”.

Alexandre Cunha analisa quem era Quintino numa visão sociológica:

Estritamente um trabalhador sem terra, que chega na região para engajar-se como trabalhador assalariado em uma fazenda e com notícias de que poderia

conseguir uma área para sua exploração independente. Logo apossa-se de uma gleba, onde derruba, planta e ergue uma choupana, de onde é expulso pela justiça e por Paraná. Entretanto sua reivindicação principal não é a terra, mas a indenização de suas posses, do seu trabalho e do seu suor, condenando os fazendeiros que não respeitam o justo valor dos seus trabalhadores. (CUNHA, 2000, p.158)

A partir da análise feita por Alexandre o autor lança críticas a Loureiro, que a mesma afirma que Quintino construiu todo um aparato agrário em seu lote. “Quintino tinha seu lote e nele uma casa, inúmeras pequenas benfeitorias, culturas de subsistências, um bananal, quintal com árvores frutíferas, algumas cabeças de gado”. É a partir dessa afirmação que Alexandre contesta que Loureiro não cita sua fonte, Cunha faz observações que Quintino estava havia menos de um ano na terra e foi expulso, o tempo que passou nas terras não poderia ter condições de criar animais outra afirmação é por não ter condições financeiras. (CUNHA, 2000, p. 172)

Quintino Lira luta em favor dos colonos, defende o pai de família que trabalha honestamente, colonos de outras localidades houve as ações que Quintino e seu bando fez na gleba do Pau de remo e chamam para defender suas causas pela defesa da terra. As características de Quintino e seu bando apresentam diversas peculiaridades. Segundo Loureiro, (2001, p.263).

em primeiro lugar, é constituído por colonos como ele e não como noutros casos conhecidos de banditismo (como o de Lampião e outros), por pessoas fora da lei. É evidente que, a partir de um dado momento, todos e qualquer suspeito de pertencer ao bando é procurado pela polícia, com vistas a chegar a Quintino e, sob este aspecto sim, são procurados. Contudo, os membros do bando têm, como Quintino, o propósito de resolver a situação de injustiça social em que vivem os posseiros. Não se trata de saqueadores, malfeitores ou criminosos comuns, mas de pobres e injustiçados em busca de respeito e justiça. E o fazem pelo método que constataram ser eficaz quando utilizado por empresários e grileiros – a violência. Neste caso, não se trata da violência voltada para a expropriação (como fazem certos empresários), mas da violência para restaurar a justiça.

Quintino será convidado por colonos para defendê-los em um conflito de terras com empresa apoiadas pelo Estado. A empresa CIDAPAR (Companhia Paraense de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará) compra terras que foram griladas abrangendo áreas que absorvem comunidades rurais que são anexadas ao município de Viseu, onde colonos produziam em pequenas plantações agrícolas e extrativas; na área também havia garimpos que era de maior interesse desses grupos econômicos, a CIDAPAR também ocupou áreas que abrangia demarcações do INCRA e parte das terras dos Índios Tembés que se situavam no Alto Rio Guamá. (LOUREIRO, 2000)

Na década de 70 a região ficou conhecida como Gleba Cidapar localizada às margens da BR – 316 ou Pará – Maranhão que liga os estados com intuito de escoar especiarias para o crescimento das regiões em consequência da abertura da estrada e com as notícias de extração do ouro nos garimpos o processo de imigração de nordestinos e outras regiões, surgiram vilas á beira da estrada e uma delas conhecida como Cachoeira que na década de 90 será desmembrada da gleba e será um município nomeado como Cachoeira do Piriá lugar onde o processo da garimpagem foi um dos mais intensos. A empresa Cidapar passou a dominar um território aproximado de 400 mil hectares perseguindo pequenos agricultores e despejando das terras.

Quando Quintino Lira decide entrar na defesa dos colonos da Gleba Cidapar, já havia um conflito armado entre colonos e jagunços da empresa e de alguns fazendeiros que também entraram na disputa do território. Na década de 1980⁷ o conflito se intensifica e governo do Estado do Pará envia policiais para caçarem Quintino e se bando, pois os mesmos estão atrapalhando os trabalhos das empresas de garimpo.

Antes de Quintino entrar no conflito as autoridades não sabiam quem o era pessoalmente, o que sabiam eram apenas o que os moradores falavam de maneiras sussurras, pois os colonos de maneira alguma entregavam o Quintino para os Policiais do Estado, houve relatos que em caravanas de 300 policiais nas colônias da Gleba Cidapar em busca de Quintino, como a caravana não conseguia encontrá-lo eles iam embora, mas ficavam os policiais à paisana que de alguma forma tocava o terror nas vilas. Segundo relatos os policiais realizavam violência, batiam nos colonos e davam tiros contra os moradores e em alguns momentos estupraram meninas e fizeram saques com intuito de intimidar os colonos para que entreguem o Quintino Lira e seu bando (LOUREIRO, 2001)

Outra característica de Quintino que o deixou bastante famoso entre os colonos e as autoridades, era as suas habilidades de aparecer e desaparecer de maneira rápida

⁷Nessa mesma década esta ocorrendo outros conflitos no Estado do Pará por causa dos projetos de desenvolvimentos na Amazônia. O trabalho que o autor Elias Diniz (2009) discute fala sobre a luta pela terra com a defesa via movimentos sociais, organização de trabalhadores almejando o mesmo objetivo, a permanência na terra de pequenos colonos no município de Moju, nesse período esta ocorrendo conflitos de terras entre colonos e empresas que querem se apossar de forma ilícita das suas terras. “isso foi o suficiente para que uma situação de calamidade viesse ocorrer. Os incentivos dos militares e a concessão de créditos atraíram homens de todas as partes do país, que, ávidos por dinheiro, usaram todos os meios para se apossarem de quantas quantidades de terras pudessem conseguir. Meios lícitos e ilícitos, como fraudes de documentos e o uso de pistoleiros para expulsar os colonos das terras foram algumas marcas desse período. Em Moju não foi diferente.” (p.11).

como se fosse mágico, segundo Alexandre Cunha essa era uma das formas de construir um imaginário de se defender dos ataques e das emboscadas dos policiais:

Uma noite estavam várias pessoas em uma casa inclusive Quintino, quando ouviram falas ao longe. Pensaram que era polícia, mas eram moradores. Quintino pediu que fechassem os olhos e, quando abriram, havia sumido aos olhos de todos. Ao chegarem os visitantes, Quintino reapareceu, dizendo que se escondera atrás de um terçado. (CUNHA, 2000, p.144)

Quintino não tinha apenas habilidades de se esconder, mas de também de se transformar em animais. Em sua entrevista oficial com o jornalista Paulo Roberto Ferreira (a partir dessa entrevista Quintino revela – se para as autoridades facilitando a sua caçada), segundo essa entrevista Quintino afirma em ter poderes para se transformar em cachorro, galo ou outro animal qualquer, afirmando se livrar do perigo e proteger os colonos de um possível ataque na sua presença, habilidades essas que ira causar alvoroço na guarda da PM. Essas atribuições não distanciam Quintino dos colonos e reconhece que em certos momentos, colocam em perigo os colonos, (LOUREIRO, 2001).

Em visão do real e o imaginário, Quintino com suas determinadas habilidades passa a estar presente na memória das pessoas que o conviveram, e também na mente daqueles que não conheceram, mas que houve suas histórias sobre seus feitos.

Quintino, portanto, é uma pessoa envolta em paradoxo. Ele é um homem de violência, mas essa violência é empregada para restabelecer a paz reinante antes da chegada dos grileiros. Luta pelo campesinato, mas não é camponês. É idolatrado pela coletividade, mas também é mantido (ou se mantém) separado dela. E a favor dos pobres, quando sua valentia diz que ele deve ser pistoleiro trabalhando para os ricos; ao invés disso, mata pistoleiros. E homem, mas sabe transformar-se em animal. E cristão, mas foi embora para morar com os índios. Protege cristãos, mas utilizando poderes mágicos que as religiões cristas repudiam. E homem, mas também é mito. De fato, cada vez que se tenta enquadrá-lo numa categoria, ele cabe em um nível, mas, no outro, ele foge para a categoria complementar, porém oposta. Ao invés de ser uma coisa ou outra, ele ocupa uma área cinza entre as duas. (CLEARY, 1986 apud SOUZA, 2014, p.229)

A sua morte foi de maneira inesperada e covarde, um morador chamado Raimundo Batista mais conhecido como “Dentista” que não era colono, denuncia onde Quintino estaria visitando um amigo na comunidade de vila nova em uma determinada data. O capitão Cordovil da PME comanda uma junta de 30 homens que vão caçar Quintino Lira; Quintino é convidado para tomar um mingau na casa do seu amigo Flor, estava na casa três homens do bando e família de Flor a casa estava fechada somente

com a luz de lamparina pois estava chovendo muito, um menino que estava com eles na casa percebeu a movimentação do lado de fora e teve a conclusão que era os policiais que tinham cercado a área da casa, todos se esconderam enquanto que Quintino foi observar pela brecha da porta a movimentação e teve a conclusão que os policiais estava a sua procura. Quintino estava desarmado e sabia que estava cercado também, e a solução a fazer era correr mata adentro, mas é atingido por dois tiros nas costas e morrendo no local sem ter nenhuma chance de defesa. (LOUREIRO, 2001)

O capitão Cordovil passa com o corpo do “gatilheiro” por Capitão Poço para mostrar aos empresários e fazendeiros que Quintino realmente estava morto e comemoraram com fogos, a partir desse momento o corpo é levado para Belém, mas retorna para Capanema onde é enterrado e forjado um laudo afirmando que Quintino havia reagido com seu bando conforme o depoimento do Capitão Cordovil. A família de Quintino especialmente a Mãe dele reclama o corpo para que seja enterrado em sua terra São José do Piriá ao lado do Pai, contudo com a pressão dos colonos ao Governo do Estado a justiça permite que Quintino seja desenterrado para que seja realizado um novo laudo que confirma que Quintino realmente foi morto por tiros e que não houve nenhuma reação por ter sido atingido por dois tiros nas costas. O corpo foi entregue a família e foi seguindo em romaria por uma multidão de pessoas entre elas estavam lavradores, agricultores e etc. para demonstrarem suas ultimas homenagens, o corpo passou por varias localidades que Quintino passou, na Gleba Cidapar havia cerca de 35 localidades onde os moradores foram ver de perto, depois foi á Viseu, Bragança, Km 47, Capitão Poço, Ourém e demais localidades.(LOUREIRO, 2001)

A imagem de Quintino Lira passa a ter uma visão na História agrária de Santa Luzia do Pará e nas demais regiões do Nordeste Paraense como um homem que era apenas um sem terra e que passou a ter um papel principal no processo de luta pela terra, a memória como o homem que deixou tudo para lutar por uma causa que muitos estavam cansados de lutar, portanto Quintino se torna uma figura de representação como herói dos colonos e passa a ser a força ideológica para não desistirem de lutarem por terras.

É nesse personagem que os posseiros do Assentamento se espelham no momento em que Quintino é morto passa a ser um mártir para os posseiros, colonos e camponeses que lutam para terem o seu lugar a terra. E é com essa imagem de Quintino que é

representada pelos posseiros do assentamento tendo em mente que nunca irão enfraquecer diante das repressões do latifundiário e seus jagunços.

A análise a seguir apresentará dois pontos importantes que retrata a realidade dos colonos. O primeiro ponto denuncia a violência e repressão que os colonos sofrem no decorrer desses dez anos de luta pela terra, onde serão analisados Boletins de Ocorrências e entrevistas dos moradores como forma de denúncia e resistência junto ao Estado para que possa intervir em favor desses colonos. O segundo ponto, onde será analisado o processo de luta nos meios jurídicos do Estado, os documentos apresentam a resistência dos colonos junto ao aparelho judicial travando uma luta com o fazendeiro nos meios legais da Lei.

Da Violência.

De 2009 a 2016 os colonos do Assentamento Quintino Lira registraram doze boletins de ocorrências na Delegacia de Santa Luzia do Pará onde relatam agressões, ameaças de morte e destruição das plantações. Vejamos o conteúdo dessa lista e os seus principais relatores:

Registros de Ocorrências e Acompanhamento do Processo Criminal

1. Registro de ameaças de 2009 (Relator: Benedito Felix)
 2. Registro de ameaças de 2009 (Relator: Lourival Ribeiro)
 3. Registro de ameaças de 2009 (Relator: Raimundo Ribeiro)
 4. Registro de ameaças de 2009 (Relator: Nivaldo Ferreira)
 5. Registro de ameaças de 2009 (Relator: Rozival Trindade)
 6. Registro de ameaças de 2010 (Relator: Paulo Vicente Ferreira)
 7. Registro de ameaças de 2010 (Relator: Maria Lúcia Machado)
 8. Registro de ameaças de 2010 (Relator: Pedro Paulo Costa)
 9. Registro de ameaças de 2014 (Relator: Raimundo Ribeiro)
 10. Registro de tentativa de assassinato de 2015: (Relator: Antônio Nildo e Ricardo de Oliveira)
 11. Registro de ameaças de 2015 (Relator: João Batista Galdino)
 12. Registro de ameaças de 2016 (Relator: João Farias de Souza).
- (ARQUIVO PESSOAL: 19.04.2016).

Como podemos observar, os principais relatores sofreram diversas repressões por parte de jagunços e pistoleiros a mando do fazendeiro. Em análise sobre o primeiro relator, o teor da ocorrência é possível perceber que o senhor Benedito Felix faz parte da liderança dos Associados Trabalhadores Rurais da comunidade Novo Repartimento, que a mesma associação prestava apoio aos sem terra, diante dessa prestação de apoio da associação o senhor Benedito Felix foi coagido por capangas do suposto dono da fazenda Cambará, vejamos o conteúdo do Boletim de Ocorrência:

O Relator, que faz parte de um grupo de posseiros da fazenda Cambará, comunica que esta fazenda está em fase de desapropriação pelo INCRA, e que o proprietário da fazenda, que anda acompanhado por um grupo de “CAPANGAS”, conhecidos por: “BUIÚ”, “ABENES”, “IVALDO” e “CABIO”, e que inclusive, os mesmos andam pela propriedade portando armas de fogo de forma ostensiva, afirma que estes quatro foram até sua casa por ordem do Sr. MARCOS, que é o proprietário da fazenda, para comunicarem aos posseiros que não construíssem cerca, apesar de que a cerca que estes posseiros iriam construir estava dentro do limite estipulado pelo INCRA. Em seguida por volta das 17:00, o Sr. MARCOS juntamente com os quatro “CAPANGAS” foram até a casa do Sr. JOSÉ AIRTON, que é presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Novo Repartimento, porém não encontraram, no outro dia por volta das 10:00 da manhã, retornaram atrás do Sr. Airton e não o encontraram de novo, pois o mesmo tinha retornado para Santa Luzia, onde reside, afirma também que no trajeto para Santa Luzia o Sr. AIRTON vinha no banco de trás do carro, pois o mesmo estava sendo seguido por duas motos em que estava “BUIÚ”, “ABENES”, “IVALDO” E “CABIO”. Que o relator e seus companheiros temem por suas vidas, pois os capangas de Marcos são pessoas perigosas. Registra para as providências legais. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, Número: 00194/2009.000207-0).

Diante coação dos “capangas” do fazendeiro, o sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Luzia do Pará emitem um Ofício diretamente para o Superintendente do INCRA SR 01. Onde afirma que houve pressões por parte do fazendeiro em que o mesmo apareceu em uma reunião dos trabalhadores sem ser convidado, e ameaçou destruir as plantações dos colonos no assentamento. Vejamos o que diz o Ofício:

Os acampados da fazenda Cambará, colônia Pau de Remo município de Santa Luzia do Pará, tiveram reunidos no Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Santa Luzia do Pará no dia 16 de maio de 2009, para fazer registro de fatos graves que vem ocorrendo nos últimos dias dentro da comunidade. O Srº Marcos “proprietário da fazenda” está construindo cercas dentro da área estipulada pelo INCRA, que está passando a 25 (Vinte e Cinco) metros do dos barracos dos acampados e cercando todas as roças dos trabalhadores isso significa que os animais vão destruir as lavouras, e que o fazendeiro o srº Marcos anda acompanhado por um grupo de pessoas perigosas portando armas de fogo dentro da comunidade inclusive no dia 14 de maio de 2009 os mesmos foram até a sede da associação onde os agricultores estavam em uma reunião tratando assuntos da associação e o proprietário srº Marcos apareceu na reunião sem ser convidado com um de seus funcionários dizendo que vai colocar os gados na área, os associados sem concordar com o fazendeiro disseram que não pois a roça são as únicas fontes de recurso e ele mandou que os mesmos procurassem seus direitos, no mesmo dia por volta das 13:30 o srº Marcos junto com quatro capangas foram até a casa do Srº José Airton, que é o presidente da associação a procura do mesmo o presidente foi obrigado a deixar a comunidade de táxi onde foi seguido por duas motos até a sede do município e o mesmo se sente ameaçado pelo fazendeiro e os mesmos temem por suas vidas. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ofício nº. 008/2009.)

O exercício da prática da intimidação para expulsar famílias que estejam em posse uma fazenda que supostamente tem proprietários, leva a conflitos que se traduzem por meio de ações que se repetem de forma sistêmica, em determinados momentos

ocorrem através do aparato estatal, ou por organizações opressivas pelos ditos donos da propriedade, que segundo os documentos citados acima, essas organizações se configuram com ações de maneiras violentas alcançando o extremo da barbárie. Após a pressão dos “capangas” ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, segundo um dos líderes do Assentamento Quintino, a associação dos trabalhadores e o corpo presidencial se afastaram do assentamento, ou seja, o sindicato não apoiou mais os trabalhadores rurais do assentamento. O entrevistado João Batista Galdino explica esse afastamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

No começo o sindicato apoiou demais a nossa luta em 2007, nesse tempo o presidente era o seu João Saldanha, ele sempre apoiou a gente. Mas depois que a gente foi despejado e quando a gente voltou 2009, e depois em 2010 quando mataram o Caribé, eles se afastaram da gente, eles mesmos se afastaram, a gente sente quando uma pessoa se afasta da gente. Nós temos a certeza que eles foram ameaçados pelo fazendeiro. (GALDINO, João Batista. Entrevista realizada em 12-10-2018).

A prática de intimidação a Sindicalistas torna-se forte a partir dos governos militares no Brasil (1964-1985), diversas figuras históricas que agiam a favor do camponês através do seu papel como sindicalistas sofreram ameaças, perseguições e mortes nos territórios do Estado do Pará. Entre eles estava Benedito Alves Bandeira mais conhecido como Benezinho. Benezinho era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tomé-Açu/ PA. O autor Elias Sacramento (2016) em seu artigo intitulado “‘Chacinas, Pistolagens e atuação sindical’: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-açu/PA, década de 1980” onde discute o assassinato do sindicalista:

Nesse sentido, trabalho neste ensaio a figura de um desses personagens, Benedito Alves Bandeira, mais conhecido como Benezinho, do município de Tomé- Açu e que foi assassinado neste município no dia 04 de julho de 1984, por volta das 13h. Na ocasião da morte, Benezinho era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município e estava a frente de várias lutas em defesa dos colonos. Uma das questões mais conflituosas estava relacionada a chamada fazenda Colatina, localizada próximo do município de Acara, onde haviam aproximadamente 70 famílias ocupando essa área. No entanto, um senhor conhecido pelo nome de Acrino Breda, natural do estado do Espírito Santo se dizia dono da área, o que fez com que este entrasse em litígio, culminando com uma briga na justiça. Eminente a perda da terra para as famílias com ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com apoio de advogados, o então capixaba, resolveu contratar três pistoleiros para matar o presidente do STR, o que acabou ocorrendo. (p. 112)

Nesse sentido é importante ressaltar que através das ações do passado, praticada de formas precisas e aleatórias, Benezinho não foi único sindicalista a ser morto por ações de fazendeiros no Pará. E na atualidade é perceptível que essas ações violentas

acontecem nos dias de hoje no campo agrário, a exemplo nois temos o caso do sindicalista de Santa Luzia do Pará mencionado através do documento de denúncia.

O Sr. Raimundo Ribeiro é um dos assentados da fazenda Cambará, em seu relato; o Sr. Raimundo descreve as ações de repressão dos jagunços, os motivos foram porque o Sr. Raimundo e vizinhos estavam extraindo “cavaco” para fabricarem telhas para os barracos. Vejamos o seu relato de denuncia:

O relator qualificado comunica nesta DEPOL que na data e local supra declinado estava juntamente com os nacionais **ANACLETO VENÂNCIO DA ROCHA, NIVALDO FERREIRA DE MELO, EDNO LUZ SILVA e RAIMUNDO SILVA DO NASCIMENTO**, em uma área de mata no Assentamento denominado “**NOVO REPARTIMENTO**”, localizado na fazenda “**CAMBARÁ**”, extraindo “**CAVACO**” para fabricação de telhas para cobrir residências de alguns moradores do citado assentamento, quando compareceram diante deles 03 **SEGURANÇAS DA FAZENDA CAMBARÁ**, apenas conhecidos como “**CABIU**”, “**DARIO**” e “**JUMENTÃO**”, estes que exibindo **ARMAS DE FOGO** ameaçaram o relator, assim como a **ANACLETO, NIVALDO, EDNO e RAIMUNDO SILVA**, sendo que “**CABIU**” disse “**EU NÃO QUERO MAIS VOCÊS AQUI DENTRO TIRANDO ESSE TIPOS DE MADEIRA DAQUI, ENQUANTO A JUSTIÇA NÃO DECIDIR A QUESTÃO DA POSSE DA ÁREA; QUE** em seguida o segurança conhecido por “**JUMENTÃO**” disse: **NÓS VIEMO AQUI PARA CONVERSAR COM VOCÊS, PORQUE NÓS NÃO SOMO PUTA DE VOCÊS, NÓS VIEMO AQUI PRA FAZER O SERVIÇO, E DA PRÓXIMA QUE NÓS PEGAR VOCÊS AQUI DENTRO, NÓS NÃO SABE O QUE VAI SER DE VOCÊS.** QUE esclarece ainda o relator, trata-se de caso de conflito agrário envolvendo os assentados e os proprietários da Fazenda CAMBARÁ, estes que alegam serem proprietários da área onde estão os assentados. QUE outros registros de ameaças já foram feitos nesta delegacia envolvendo os seguranças da citada fazenda. (**BOLETIM DE OCORRÊNCIA. NÚMERO 00194/2009.000469-4**).

Um dos momentos mais tensos que os moradores do assentamento passaram, foi a partir do momento em que os pistoleiros do fazendeiro armaram uma emboscada e mataram um dos líderes dos assentados. José Valmeristo, mais conhecido por seus companheiros como “Caribé” foi assassinato, junto com ele estava seu amigo João Batista Galdino o “clone”, João Batista conseguiu fugir, porém , José Valmeristo não conseguiu escapar e foi morto pelos jagunços. Segundo João Batista :

Em Setembro de 2010 fomos convidados a fazer uma entrevista com a Polícia Militar. Aí nois fomos viajar pra Santa Luzia, e quando chegamos na vila do Bela Vista fomos abordados, foram tomadas nossas motos, capacetes e documentos. Fomos levados para uma vila conhecida como Cacoal, e lá mataram meu companheiro e eu escapei. (DE SOUZA, 12/10/2018)

É perceptível na fala de João Batista que a emboscada foi armada pela polícia militar, onde aparelhos do Estado facilita essas ações de violência no campo, e em muitos momentos preferem não atenderem os chamados dos colonos. Houve uma nacional, diversos meios de comunicação noticiaram a morte do integrante do

assentamento, o MST imediatamente tomou as providencias. Segundo o Jornal O Liberal:

Com o rosto coberto por um lenço, o trabalhador rural e integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Batista de Galdino de Souza denunciou, ontem, à imprensa, que os homens que assassinaram José Valmeristo Soares, de 29 anos, o "Caribé", na última sexta-feira, 3, agiram a mando de Marcos Bengtson. A denúncia foi feita durante entrevista coletiva realizada na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e o MST disse que solicitará proteção para o sobrevivente e seus familiares, além de pensão para a viúva e os cinco filhos de "Caribé". Para o movimento, o crime foi resultado da omissão do Estado, que já tinha conhecimento das denúncias de ameaças por parte da família do ex-deputado Josué Bengtson, que diz ser dono da fazenda Cambará, em Santa Luzia do Pará. (O Liberal. 09-09-2010)

Segundo com a matéria do jornal:

Segundo José Batista, ele estava de moto com "Caribé" indo para a sede do município de Santa Luzia, onde prestariam depoimentos ao tenente-coronel Santiago, quando foram abordados pelos seguranças de Marcos Bengtson, que administra a fazenda Cambará. "Os três estavam armados com uma pistola e dois revólveres 38 e nos obrigaram a entrar no carro. Um deles fugiu com nossa moto e nós fomos levados por eles até um ramal", disse o sobrevivente. "Eles disseram que estavam nos pegando para a gente aprender a não mexer com quem tem dinheiro. E naquele momento percebi que eles iam nos matar", acrescentou. (Idem. 09-09-2010)

Ulisses Manaças, coordenador do MST no Pará fala em entrevista ao professor José Sobreiro Filho, um balanço das mortes por conflitos de terras no Pará, e afirma que:

Aqui, nós temos segundo os números da CPT, num cálculo bem mais recente que fizemos desde 1996 que foi o ano do massacre dos Carajás até o ano de 2016, tivemos 801 assassinatos. Isso sem contar os 36 assassinatos que nós tivemos agora em 2017. Até agora em 2017 foram então 837 assassinatos no campo no Brasil e desses, no Estado do Pará, foram mais de 300 assassinatos até meados de 2017. Por que nós pegamos só desde a contabilidade de 96? Porque 96 foi o ano do massacre de Eldorado dos Carajás e foi na verdade um marco, um divisor de águas. Porque os movimentos sociais foram se dando conta ao mesmo tempo de que as forças de repressão do Estado são colaboradoras do processo de violência. (SOBREIRO FILHO, J.; MANAÇAS, U, 2018, p.380-381).

José Valmeristo está inserido nessa lista de assassinatos por conflitos de terras. Mas as repressões não pararam após a morte de "Caribé", os assentados ainda recebem ameaças do suposto fazendeiro, que através das suas estratégias de coação e repressão para tentar desanimar e fazer com os assentados fiquem receosos e abandonem as terras.

A entrevistada Maria do Socorro Soares Vieira é professora do Ensino Fundamental I da escola do Assentamento, mais conhecida como "Marizita" relata que já passou por várias repressões dentro do assentamento.

tivemos, vários e não foi só um. Uma vez a gente tava fazendo um arado de feijão pra 4 hectares, lá ele mandou trator passar por cima das mulheres, onde

nós tava fazendo o nosso trabalho a gente foi lá e impediu tiramos eles de lá. E a outra agressão foi lá no meu terreno, onde a gente trabalha, eu tava no período de férias e aí o meu marido chamou pra mim ir lá acompanhar ele , eu fui. Quando foi umas 9 horas a gente tava lá trabalhando aí quando saí pra beber água, eu chamo meu marido pra ir também, ele disse que era pra mim ir só. Quase que eles me pegam sozinha, aí parece assim Deus não quer que aconteça né, a vista deu ir pra casa de forno beber água aonde eles estavam eu segui pra outro caminho, aí eu me lembrei, vou olhar uma roça! Aí eu já fui olhar outra roça, e quando eu venho da outra roça aí eu escuto o meu marido conversando. Eu pensando que ele tava conversando com um colega, porque sempre se passa gente na casa de forno, quando eu chego, ele tava lá, eu atalho, vou atalhar pra vê quem era por dentro do roçado, quando fui ver já tava mais pra frente, aí eu volto rapidinho correndo aí, quando chego lá estavam, mais aí não deu pra conhecer que eles estavam assim tudo meio escondido, porque tinha uns paus na frente e aí não consegui olhar direito. Aí ele tava com roupa de policial, aí eu fui de pressa com a enxada no ombro, aí eles tomaram a enxada da minha mão.

É importante analisar a fala da senhora Maria do Socorro, a partir do momento em que ela observe as suas vestes e diz que os homens “estavam com roupas de policiais”; observa-se que esses supostos jagunços estavam usando aparatos do Estado para coagirem esses colonos, podem ser policiais a mando do fazendeiro que se utiliza do Estado para realizar essas operações indevidas, mais também, pode ser pessoas civis apenas com roupas de policiais, porém, sem dúvida essa ação de trajar uniformes que representam o Estado é indevida e fere com os termos legais da constituição.

E a partir desse momento que a pesquisa analisa o embate litigioso nos meios judiciais, onde o fazendeiro e pastor Josué Begston diz alegar que possui títulos definitivos, contudo, os colonos do assentamento amparados pelos advogados do MST e da SDDH⁸ do Pará alegam que não existem documentos que comprovam que as terras da fazenda Cambará não possui um dono específico, em outras palavras, as terras fazem parte da União, ou seja, são públicas e improdutivas.

Do processo na esfera judicial.

Diante do processo judicial que torna as terras da fazenda cambara uma área de litígios intensos, os colonos travam uma luta no juizado da Vara Agrária de Castanhal pela regularização das terras. Nesse sentido é importante ressaltar que nesse ambiente há uma desproporção de poderes entre o fazendeiro e os colonos. O suposto dono das

⁸ A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 8 de agosto de 1977, que tem como missão a valorização e Defesa dos Direitos Humanos na perspectiva de uma Sociedade Justa e Igualitária, cujo objetivo é a defesa dos atingidos por violações de direitos humanos, vem atuando sempre para desenvolver e propagar mecanismos de difusão da cultura de Direitos Humanos, participando da elaboração de políticas públicas, em especial nas áreas de justiça e segurança pública, e mais recentemente na área de educação em direitos humanos. Disponível em: < <http://sddh.org.br/>> acesso em: 25/11/2018.

terras é o Pastor e deputado Josué Bengston, o mesmo possui poderes políticos e econômicos, podendo assim dificultar o processo nos meios judiciais. Os colonos do assentamento, são pobres economicamente que dependem da terra pra produzir seu alimento, não possuem poderes políticos. Para a defesa desses colonos está ao seu lado o MST, a SDDH e a CPT, entidades e movimentos sociais na luta pela terra estarão para defender os colonos do assentamento Quintino Lira.

Analisando os documentos emitidos pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), é perceptível nos autos do processo litigioso da fazenda Cambará que o suposto dono da fazenda possuía registros de títulos de propriedade da fazenda, porém está de forma irregular. Vejamos:

Títulos Definitivo de Venda de Terras n° 86, expedido em favor de **RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA**, em data de **28 de abril de 1961**, constante de **fls. 86 e verso**, do **Talonnário Próprio n° 17**, com as seguintes características: **Município:** Ourém; **Denominação:** **Pau de Remo**; **Área:** **1800ha00a66ca**(mil e oitocentos hectares); **Localização:** a margem direita do Rio Guamá; **Destinação da área:** agrícola, **Cadastro:** não consta. Processo de origem encontra-se arquivado. (PROCESSO: 2008/75506).

Observa-se no documento citado acima, que o título foi expedido no ano de 1961 para o senhor Raimundo Alves de Oliveira o mesmo sujeito social que passou a se chamar Quintino Lira, cuja sua história foi narrada do decorrer da pesquisa. Também é perceptível que não há cadastro sobre a destinação da área da fazenda cambará.

O texto do ITERPA ressalta que a partir dessa ressalva sobre a titulação da venda de terras com n°86, os analistas desse órgão verifica que o período analisado sobre a emissão do documento estava em vigência a Lei n° 742, de 10 de Março de 1954, a qual previa, em seu artigo 10 a seguinte descrição:

Art. 10 – As terras devolutas do Estado não serão vendidas em área superior a cem hectares e pela mesma será cobrada do adquirente a quantia de vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 25,00) por hectares, cujo recolhimento será efetuado na forma do art. 8° desta lei. (idem, 2008).

Porém, é percebido que o título passou por uma análise minuciosa e os especialistas concluíram que supostamente o documento título foi falsificado ou estão de ordem irregular de acordo as leis vigentes.

Consequentemente, o título ora analisado está contaminado de vício material, porque representa a venda de objeto impossível ou ilícito (área de terra devoluta do Estado, superior a 100 hectares em total discordância à lei).

É válido ressaltar, porém, que a Lei n° 4.584, de 08 de outubro de 1975, permitiu que tais títulos fossem revalidados pelo ITERPA, desde que obedecidos os requisitos legais. (Idem. 2008).

Vejamos a descrição da Lei nº 4.584 que o texto do ITERPA descreve para a anexação dos autos do processo do Assentamento Quintino Lira junto a Vara Agrária de Castanhal:

Art.101 – Os Títulos expedidos durante a vigência da Lei 762/54 que o ITERPA considera irregulares por ultrapassarem o limite de cem hectares (100 ha) nela estipulado, poderão ser revalidados desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a- Haver a alienação sido regularmente processada, e não existirem indícios, a critério do ITERPA, de que os titulares hajam participado, direta ou indiretamente, de atos que tenham motivado ou possam motivar a nulidade desse ou de quaisquer outros títulos expedidos pelo Estado;
- b- Estarem os lotes demarcados, revendo o ITERPA essas demarcações, sempre que lhe parecer necessário, às expensas do requerente;
- c- Ter sido pago integralmente o preço vigente na época da aquisição;
- d- Não haver o Estado expedido novos títulos que absorvam a totalidade das mesmas terras nem existirem posseiros que, a critério do ITERPA, possuam direitos a respeitar;
- e- Comprovar a requerente efetiva ocupação que o ITERPA considere suficiente para justificar o benefício.

§ 1º - os interessados deverão requerer a revalidação até 31 de dezembro de 1976, sob pena de seus títulos serem declarados, administrativamente, nulos, presumindo-se que renunciaram a quaisquer direitos, promovendo o ITERPA o cancelamento do registro imobiliário, se houver, e a reversão das terras ao patrimônio devoluto do Estado. (idem, 2008)

Contudo, analisando todos esses pontos que o ITERPA descreveu, o suposto dono da fazenda cambará não cumpri nenhum desses requisitos do Art. 101 mencionado na citação documental. Conclui-se que essas terras não possuem uma legalidade de propriedade privada. Diante de todo o processo discutido na documentação do ITERPA, torna-se claro que as terras devem passar por um processo de reforma agrária. Mesmo assim o fazendeiro usa o seu poder político e econômico para reprimir, humilhar e massacrar os colonos do Assentamento Quintino Lira.

Conclusão

“o que me motiva a continuar na luta por essas terras, são as crianças desse assentamento” (Galdino, 2018) o entrevistado João Batista se emociona quando fala seus reais motivos para continuar na luta pela terra, o mesmo já escapou de ser assassinado, e hoje se esconde pelas matas do assentamento para se proteger de outras possíveis tentativas de assassinatos. O número de famílias cresceu no assentamento e com isso o número de crianças se multiplicaram e são elas que fazem João (Clone) a

continuar correndo contra o tempo lento dos aparelhos responsáveis pela reforma agrária. Mas como João Batista afirma “há, eu acho muito difícil que haja uma reforma agrária no Brasil, mais nem por isso não vou desanimar”.

A senhora Maria do Socorro (Marizita) afirma de maneira triste e emotiva que a sua força de continuar lutando pelo assentamento foi as palavras de amor ao próximo que o seu amigo José Valmeristo (Caribé) falou horas antes de ser morto pelos jagunços.

“O motivo de continuar lutando é o pedido do José (caribe), e a maioria das pessoas continua é o pedido do Zé. Ele reuniu a tarde com todo mundo. Mas quem ele fez o pedido foi na base uns 15 que ele sentou mesmo em grupinho e ficou passando a mensagem, tipo assim despedida, parece que ela sabia que ia morrer. (SOCORRO, 2018).

A situação atual do Assentamento Quintino Lira é de relativa paz, segundo João Batista “faz um bom tempo que ninguém perturba nós, podemos andar tranquilos pelas terras que ninguém meche com a gente”. Enquanto isso na esfera judicial o processo foi arquivado, diante disso o parecer foi para a instância do tribunal superior no distrito federal, porém não foi possível reverter à situação para o fazendeiro. Agora nos resta esperar pela tão sonhada reforma agrária. Mas como aponta o sociólogo José de Souza Martins.

Para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriações de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários. É muito pouco provável que um regime político amplamente apoiado e dominado pelas oligarquias rurais, pelos grandes proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade. (MARTINS, 1986, p.52).

Referências Bibliográficas.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro das histórias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). Fontes históricas. 2ª. Ed.. São Paulo: Contexto, 2010.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). Fontes históricas. 2ª. Ed.. São Paulo: Contexto, 2010.

BARP, Wilson José. CAMPO MINADO: vidas esfaceladas. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3075/1/Artigo_CampoMinadoVidas.pdf. Acesso em: 17 de Maio de 2016.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Rumos, trechos e borocas: Trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no Sudeste do Pará.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA, 2006.

CUNHA, Manoel Alexandre Ferreira da; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Banditismo social: política e utopia: a sociedade da penumbra, banditismo social e político nos sertões da Amazônia. 2000. 382f; Tese (doutorado) Instituto de ciências sociais, departamento de Antropologia social, Brasília, 2000.

ESTEVES, Benedita. “O seringal e a constituição social do seringueiro.” In: NEVES, Delma Pessanha e SILVA, Maria Aparecida de Moraes (orgs). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD. (História Social do Campesinato Brasileiro), 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil / Bernardo Mançano Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky . PINTO, JaxNildo Aragão. *A questão fundiária na Amazônia.* Estudos Avançados VL. 19 n°54 São Paulo May/aug.2005.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia / Violeta Refkalefsky Loureiro. – 2. Ed. – Belém; Cejup, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República.”* São Paulo: HUCITEC, 1986b.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do séc. XIX / Márcia Maria Menendes Motta.* – Rio de Janeiro: Vício de leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998.

OLIVEIRA, Antonio Jefferson Paiva. **Amazônia: Luta pela terra em Santa Luzia do Pará – Assentamento Quintino Lira (2007-2015).** Monografia (Graduação), Universidade Federal do Pará – UFPA, Cametá, PA, 2016.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará.* Recife: Editora UFPE, 2015.

PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985. In: *Revista de Estudios Brasileños*, vol. 3, n. 4, 2016.

PICOLI, Fioreli. *A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia / Fioreli Picoli.* – Florianópolis: Editora em debate, 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.* 1ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SACRAMENTO, Elias Diniz. “Chacinas, pistolagens e atuação sindical” história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açú/PA, década de 1980. In: SILVA, Julio Claudio da. (Org) **História oral, memória e interdisciplinaridade na Amazônia.** – Manaus: UEA Edições, 2016, p. 112-129.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo mojuense.* Belém: Açáí, 2012.

SCHMINK & WOOD, Marianne & Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia [tradução de Noemi Myiasaka Porro e Raimundo Moura].* Belém: Ed. UFPA, 2012.

SOBREIRO FILHO, J.; MANAÇAS, U. Questão agrária, o massacre de Pau d’Arco e violência na Amazônia: entrevista com Ulisses Manaças. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 354-372, Dossiê, 2018.

STEDILLE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo – SP .Ed . Fundação Perseu Abramo, 1999.

Documentos:

Situação fundiária – Pareceres do ITERPA declarando área em disputa como da União. Processo: 2008/75506(apenso nº 2008/199094).

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ofício nº. 008/2009.

Boletim de Ocorrência:

Relator: Benedito Felix. N° 00194/2009.000469-4.

Relator: Raimundo Ribeiro. N° 00194/2009.000207-0.

O Liberal. Edição 03-01-1983. Fonte: Arquivos da CPT.

O Liberal. Edição 09-09-2010. Fonte: Arquivos da CPT.

Entrevistas:

Maria do Socorro Soares Vieira. Entrevista realizada em 12-10-2018

João Batista Galdino de Souza. Entrevista realizada em 12-10-2018